FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS AGRAVADAS DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NA CIDADE DE SÃO PAULO

NOME DA AUTORA: GIOVANA COELHO SANTANA LEITE

NOME DO ORIENTADOR: FERNANDO LUIZ ABRUCIO

São Paulo – SP
2022

As desigualdades educacionais agravadas durante a pandemia da Covid-19 na cidade de São Paulo

Resumo

A presente pesquisa, que tem como campo de estudos a Gestão de Políticas Públicas Educacionais, se propõe a entender se as desigualdades educacionais foram agravadas durante a pandemia da Covid-19 na cidade de São Paulo. Dessa maneira, a região de São Miguel Paulista, localizada na Zona Leste de São Paulo, foi selecionada para a realização das entrevistas, a fim de ser possível realizar um estudo de campo específico para além das pesquisas documentais feitas em toda a cidade. Nesse sentido, o objetivo geral do projeto é analisar como a educação pública está lidando com a Covid-19 em São Paulo em comparação com a educação particular, compreendendo, então, se as políticas públicas educacionais estão abrangendo com efetividade todos os estudantes da cidade. No que diz respeito aos métodos utilizados, a metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa e para realizá-la foi utilizada a técnica de coleta de dados, feita através de pesquisas documentais e entrevistas, nas quais os entrevistados foram selecionados por uma amostra de conveniência. Como resultado, foi possível identificar algumas variáveis levantadas ao decorrer do estudo, sendo elas: tempo para o retorno escolar, acesso desigual, evasão escolar, problemas nutricionais e o não cumprimento da Constituição Federal e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Destarte, é esperado que os resultados possam contribuir com a literatura acadêmica, mas também possam gerar benefícios a todos que se envolveram, de alguma forma, com a educação na pandemia.

Palavras-chaves

Cidade de São Paulo; Desigualdades; Educação; Pandemia; Políticas Públicas.

1. Introdução

No ano de 1988 foi promulgada a Constituição Federal do Brasil e, junto com ela, diversos direitos foram garantidos. Dentre esses direitos, está o direito a educação não apenas gratuita, mas também de qualidade. Anos depois, em 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgou os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que foram substituídos pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em 2015. Nesse sentido, a ONU estipulou a meta de atingi-los em todo o mundo até 2030. No entanto, a pandemia do coronavírus, que começou em 2020, não estava prevista em 2015, o que significa que as suas consequências poderão afetar os resultados esperados em 2030, principalmente no que diz respeito aos ODS 1, 2, 4 e 10, que visam a erradicação da pobreza, a fome zero, a educação de qualidade e a redução das desigualdades, respectivamente.

De forma complementar, o quarto sentido da educação, que preza por educação e equidade (ABRUCIO, 2018) não está sendo respeitado durante a pandemia da Covid-19 no Brasil, na cidade de São Paulo e, de forma detalhada, na região de São Miguel Paulista, pois não existe uma garantia da igualdade de oportunidades em uma cidade em que por cerca de doze meses os mais pobres ficaram sem aula de qualidade, além de sofrer com problemas nutricionais pela falta de merenda, enquanto os mais ricos tinham a possibilidade de se alimentar com os melhores alimentos, além de assistir aulas remotas através dos melhores equipamentos e com uma boa qualidade de internet.

Destarte, é possível criar a hipótese de que as desigualdades educacionais foram agravadas durante a pandemia da Covid-19 na cidade de São Paulo. Para tanto, os objetivos específicos do presente trabalho foram: (i) identificar as medidas educacionais realizadas pelo Governo da cidade de São Paulo, analisando a realidade da educação em contexto pandêmico e evidenciando quais circunstâncias a influenciou; (ii) produzir uma comparação entre a teoria e a prática educacional na cidade de São Paulo, com o propósito de entender quais medidas foram efetivas para os efeitos da pandemia no âmbito educacional; e (iii) realizar uma comparação entre a educação pública e a educação particular, com o intuito de explicar as desigualdades educacionais.

Dessa forma, considerando a realidade de cada escola, é esperado que as discussões propostas sobre as medidas sanitárias aderidas por algumas escolas e os resultados levantados possam ajudar alunos, pais, professores, diretores, gestores e tantos outros profissionais da educação que não tinham a estrutura necessária para lidar com uma mudança tão drástica em um tema tão importante para todos no mundo, no Brasil e em São Paulo: a educação. Com isso,

espera-se que um dia todos possam ter, em qualquer circunstância, um acesso educacional universal e de qualidade.

Em última instância, vale destacar como o estudo está dividido. O presente tópico apresenta uma introdução do tema, identificando os objetivos específicos da pesquisa. Em seguida, a teoria apresenta uma revisão teórica acerca dos estudos sobre educação e educação na pandemia. Como terceiro tópico, a metodologia contém os métodos detalhados utilizados para a realização e análise dos dados obtidos. Após a sistematização dos dados, o quarto tópico traz diversos resultados importantes e o quinto tópico discute os achados levantados durante a pesquisa. Na conclusão são resumidos todos os resultados, evidenciado as contribuições e limitações do trabalho. Por fim, o sétimo tópico inclui a lista de referências bibliográficas utilizadas no desenvolvimento do trabalho.

2. Teoria

A Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou, em 11 de março de 2020, o surto da Covid-19 - doença causada pelo novo coronavírus - como pandemia. Para que esse surto fosse controlado, o Brasil e tantos outros países aderiram a quarentenas e lockdowns, preocupando-se com seus sistemas de saúde (MAGALHÃES, 2021). Embora essas ações tenham sido de suma importância, o sistema educacional poderia ter sido organizado com prioridade de forma paralela, principalmente no caso brasileiro, em que as desigualdades já existiam.

A Constituição Federal brasileira, promulgada em 1988, define a educação como um direito social, universal e um dever do Estado e da família (artigos 6º e 205). Nesse sentido, o Governo deve oferecer educação gratuita e de qualidade para todos os cidadãos que assim desejarem, de forma obrigatória dos quatro aos dezessete anos de idade (artigos 206 e 208). Entretanto, o Estado não tem conseguido fazer com que todos os alunos tenham acesso à educação de forma efetiva em meio a pandemia do coronavírus, agravando as desigualdades educacionais, gerando evasão escolar (UNICEF, 2020) e negligenciando o bem-estar social definido por Midgley (2009) como um estado no qual as necessidades das pessoas estão atendidas, os problemas gerenciados e as oportunidades maximizadas.

Medidas efetivas são aquelas que geram impacto na sociedade. Então, políticas educacionais que impactam todos os alunos devem traçar metas considerando os desiguais na medida das suas desigualdades, a fim de concretizar o princípio de equidade. Contudo, como consequência da Covid-19, os alunos não tiveram, por muitos meses, acesso aos prédios escolares. Aline Pellegrini, conta em uma matéria publicada pelo Nexo Jornal[1] em março de 2021, que segundo um relatório da Unesco, no Brasil, escolas ficaram fechadas por cerca de 10 meses durante a pandemia, enquanto o resto do mundo ficou cerca de 22 semanas - o equivalente a um pouco menos de 06 meses -, o que pode gerar consequências de inferioridade educacional em comparação com outros países, além de dificultar o cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 10 “Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles”, da Organização das Nações Unidas (ONU).

Além disso, as escolas privadas ofertaram e se adaptaram às aulas online antes das escolas públicas. Cleide Carvalho (2020), escreveu na revista Época[2], que os colégios particulares adotaram rapidamente o ensino à distância enquanto muitas escolas públicas ainda não tinham

[1] Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/03/17/Por-que-a-pandemia-deve-aumentar-a-pobreza-educacional>. Acesso em: 22 abr. 2021.

[2] Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/crise-do-coronavirus-aumenta-desigualdade-entre-educacao-publica-privada-24411071>. Acesso em: 22 abr. 2021.

implementado as aulas em maio - sendo que a pandemia começou em março de 2020. Com o tempo isso mudou, mas por mais que a tecnologia seja uma aliada do processo de aprendizagem durante a pandemia, é impossível acreditar que todos os alunos da cidade de São Paulo tenham acesso à educação online, visto que muitos não possuem infraestrutura tecnológica, estando os alunos de escolas públicas menos propícios a receber e realizar atividades escolares em suas casas (CAVALCANTE; KOMATSU; FILHO, 2020).

Por isso, a efetividade educacional poderia ocorrer se esses recursos fossem disponibilizados aos estudantes pela Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo (SMESP). Em agosto de 2020, o até então prefeito Bruno Covas prometeu a distribuição de tablets e chips de internet aos alunos da rede municipal. No entanto, em julho de 2021, somente cerca de 43% dos tablets foram entregues, estando boa parte deles estocados nas escolas sem chips e/ou pela ausência de técnicos para programar os equipamentos[3].

Outros gargalos também assolam os estudantes de baixa renda, como os desafios relativos à ausência de alimentação, em razão de antes conseguirem ter, sua única refeição diária de qualidade, com a merenda escolar (MAGALHÃES, 2021). Tal realidade pode ter dificultado a implementação dos ODS 1 e 2, respectivamente: "Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares" e "Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável". Desse modo, em abril de 2020, a Prefeitura de São Paulo implementou o cartão-merenda, com o intuito de garantir segurança alimentar aos alunos, mas com o retorno das aulas 100% presenciais, a política pública foi extinta, tendo os cartões bloqueados no início de 2022[4].

Nessa perspectiva, Abrucio (2018) cita quatro sentidos que revelam a importância da educação: (i) socialização dos indivíduos; (ii) formação dos cidadãos; (iii) capital humano; e (iv) educação e equidade. Diante o exposto até aqui, cria-se a hipótese de que os quatro sentidos não estão sendo respeitados na pandemia, pois não é possível a existência de uma educação de qualidade sem prática, principalmente em meio às diferentes realidades vivenciadas no país. Entretanto, o presente trabalho evidencia somente o descumprimento do quarto sentido, que diz que a educação gera equidade através da diversidade, mostrando que a garantia da igualdade de oportunidades educacionais é fundamental para a redução de desigualdades.

[3] Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/07/19/tablets-chips-escola-municipal-prefeitura-de-sao-paulo-ensino-hibrido.htm>. Acesso em: 07 dez. 2021.
[4] Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prazo-para-o-uso-dos-creditos-do-cartao-merenda-termina-no-dia-31-de-dezembro/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

Pesquisas periódicas feitas em 2020 pelo Instituto Datafolha e encomendadas pela Fundação Lemann, Itaú Social e Imaginable Futures[5], tinham o intuito de analisar a rotina dos alunos de escolas públicas brasileiras, resultando em aspectos positivos e negativos para a educação na pandemia. Houve uma amostra de pais ou responsáveis por 1.556 estudantes da rede pública municipal e estadual do país, mostrando que os alunos com acesso a alguma atividade escolar não presencial aumentou de 74%, em maio de 2020, para 82% em julho de 2020 - o que foi um resultado positivo em partes, pois ainda havia 18% dos alunos sem acesso às atividades educacionais.

Ademais, o percentual de alunos desmotivados aumentou, gerando um resultado negativo nesse âmbito, pois o número passou de 46% em maio para 51% em julho de 2020. De todo modo, tal realidade pode ser justificada pela fala de Denis Mizne, diretor executivo da Fundação Lemann: "A ansiedade está ligada, muitas vezes, à falta de perspectiva com o término da pandemia", principalmente porque alunos de escolas públicas são mais propícios a não participar das atividades escolares não presenciais, por falta de material e acesso à internet (PELLEGRINI, 2021), dificultando o alcance do ODS 4 "Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos".

O mesmo pode ser dito para os alunos com dificuldades na rotina de estudos em casa, pois o índice passou de 58%, em maio de 2020, para 67%, em julho do mesmo ano. Além disso, o percentual de estudantes que não conseguem acompanhar as atividades e os pais acreditam que possam desistir da escola aumentou de 31% para 38% em 2020, sendo que o percentual é ainda maior nos anos finais do Ensino Fundamental. Afinal, os jovens precisam de um lugar silencioso para estudar, o que não é a realidade de todos os brasileiros, tornando a educação um privilégio e não um direito universal (MACEDO, 2021).

O relatório mostrou, ainda, que no Sudeste, região que abriga a cidade de São Paulo, há mais alunos considerados em risco de abandonar a escola (39%), em comparação com as demais regiões. Entretanto, outro estudo, também encomendado pela Fundação Lemann, mas feito pelo Centro de Aprendizagem em Avaliação e Resultados para o Brasil e a África Lusófona, vinculado à Fundação Getulio Vargas[6], mostrou que os alunos das regiões Norte e Nordeste deixaram de aprender mais que alunos do Sul e Sudeste. Esse estudo foi encomendado para

---

[5] Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/storage/materials/97r65vVy55x1aZyOUpGhklaAyxYBwtqXTgh5mIb7.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.

[6] Disponível em: <https://portal.fgv.br/noticias/educacao-pode-retroceder-ate-quatro-anos-devido-pandemia-aponta-estudo>. Acesso em: 19 abr. 2021.

simular uma possível perda de aprendizado escolar, confirmando uma desigualdade regional. O resultado também mostra que, em 2020, os alunos deixaram de aprender mais matemática do que língua portuguesa, principalmente no Ensino Fundamental.

De acordo com o estudo, se os alunos aprendem de forma proporcional às horas dedicadas a atividades escolares não presenciais, estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental têm uma perda de 34%. No entanto, se os alunos não aprendem nada com o ensino remoto, perdem 72% do aprendizado. Portanto, há indícios de que o crescimento do aprendizado dos alunos poderá desacelerar ou mesmo retroceder. De todo modo, isso atingiria fortemente alunos da rede pública de ensino, que são, em grande maioria, economicamente menos favorecidos do que os alunos de escolas particulares. Nesse sentido, é importante que as escolas verifiquem o nível educacional de cada aluno, com o intuito dos professores, que são burocratas de nível de rua, abrangerem os conteúdos conforme a demanda das turmas e, aos poucos, recuperar os aprendizados perdidos e esquecidos durante o período em casa.

Todavia, urge cuidado para que os professores não sejam culpados pelo fechamento das escolas e, consequentemente, ao direito constitucional à educação (MAGALHÃES, 2021). Na realidade, o Governo Federal, que recusou vacinas[7] e adquiriu remédios sem comprovação científica[8], deveria ser responsabilizado pela adoção das medidas ineficazes ao decorrer da pandemia, de modo a atrasar o fim da quarentena e a volta às aulas presenciais, além de dificultar o direito de estudar de 30% das residências do país que não têm acesso à internet, porcentagem essa que sobe para 50% considerando as áreas rurais (PESQUISA TIC DOMICÍLIOS, 2018).

Ainda assim, os estudantes não foram os únicos prejudicados em 2020 e 2021. Ana Paula Bimbati publicou, em 2021, no site da associação Nova Escola[9] um texto feito a partir de entrevistas sobre mudanças na rotina dos diretores, que são burocratas de médio escalão e estão trabalhando na pandemia. Priscila Arce, diretora da Escola Municipal Borba Gato, na Zona Sul de São Paulo, explicou que para além dos alunos e professores, a vida dos diretores também mudou desde o início da pandemia, pois além de tudo ser novidade, o trabalho aumentou. Osmar Carvalho, diretor da Escola Estadual Milton da Silva Rodrigues, na cidade de São Paulo,

---

[7] Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml>. Acesso em: 07 dez. 2021.

[8] Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/14/Rem%C3%A9dios-ineficazes-do-kit-covid-o-que-a-ci%C3%AAncia-diz-de-cada-um>. Acesso em: 07 dez. 2021.

[9] Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/20215/o-que-mudou-na-rotina-do-diretor-com-a-pandemia>. Acesso em: 19 abr. 2021.

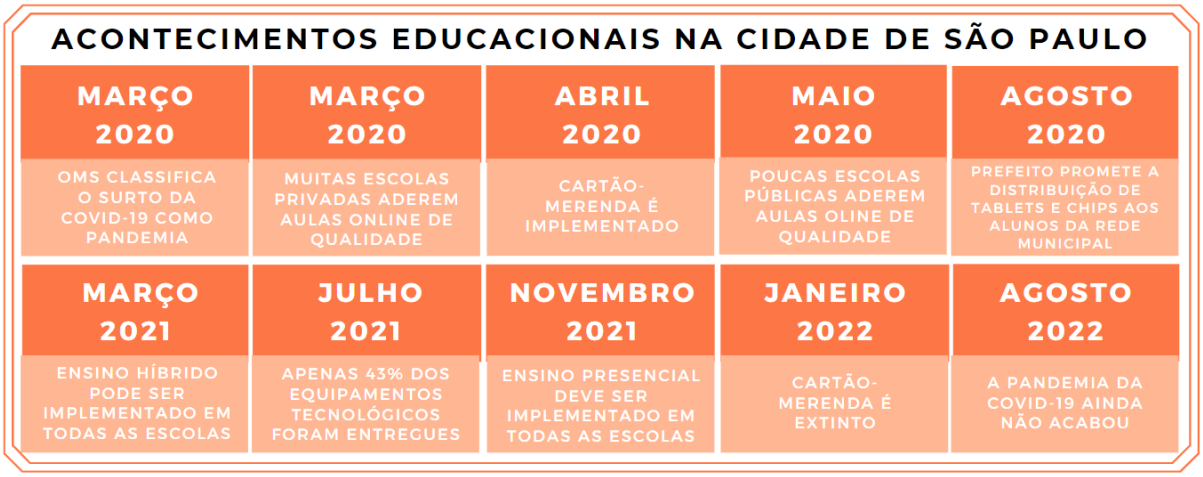
complementou Priscila ao contar que a quantidade de reuniões com docentes e com a rede de ensino mais do que dobrou, não tendo hora para o expediente acabar.

Os entrevistados também mostraram o lado bom do modelo virtual, como os pais conseguindo ir mais nas reuniões, pois não precisam se deslocar até a escola. No entanto, Carvalho fala sobre o desafio inicial da escola: a comunicação. O diretor conta que demorou para os envolvidos estarem em consonância nas aulas e reuniões, mas que a comunicação com a comunidade escolar foi reestruturada, mesmo que não completamente. Isso significa que além dos alunos sem recursos para assistir às aulas, ele ainda precisou planejar os distintos recursos dos professores para dar as aulas em busca do sucesso da comunicação.

Em última instância, vale mencionar a tardia retomada do ensino híbrido, que mescla aulas online e presenciais, apenas em março de 2021[10] na capital paulista, que por sua demora, afetou inicialmente e posteriormente os mais pobres, pois os municípios brasileiros só começaram a reabrir as escolas quando a quantidade de casos e mortes estava alta. Em contrapartida, um levantamento internacional de retomada das aulas presenciais realizado pelo Vozes da Educação, com apoio da Fundação Lemann e Imaginable Futures[11], indica que, dentre os 21 países pesquisados, na maioria deles o retorno das aulas presenciais não impactou a tendência da curva de contaminação da Covid-19. Nesse sentido, segundo Carolina Campos (2021), fundadora do Vozes da Educação: “Se o Brasil tivesse reaberto em setembro, quando a curva estava baixa, teríamos oferecido com dignidade um semestre para as crianças.” Por isso, pode ser que o erro dessa implementação no Brasil tenha relação com o tempo e não com o ato em si, fazendo com que ela não atingisse sua efetividade prevista. Contudo, hodiernamente as aulas se encontram 100% presenciais nas escolas públicas e privadas, desde o dia 03 de novembro de 2021[12], não abrangendo somente os estudantes que possuem autorização para acompanharem as aulas de forma remota.

[10] Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/estado-anuncia-retomada-obrigatoria-as-aulas-presenciais-a-partir-de-18-de-outubro/>. Acesso em: 13 dez. 2021.
[11] Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/materiais/estudo-indica-que-volta-presencial-nao-elevou-contaminacoes>. Acesso em: 22 abr. 2021.
[12] Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/estado-anuncia-retomada-obrigatoria-as-aulas-presenciais-a-partir-de-18-de-outubro/>. Acesso em: 13 dez. 2021.

Tabela 1



Fonte: Elaboração própria.

Destarte, tendo como base os acontecimentos resumidos na tabela 1, a opinião dos alunos e de seus responsáveis deve ser tão importante quanto a opinião dos especialistas, pois é o primeiro grupo que vivencia a sua realidade nos modelos presencial, híbrido e online. O mesmo pode ser dito para os profissionais de educação, que geralmente tem uma visão diferente, mas complementar. “Segundo o princípio da gestão democrática, a realização do processo de gestão inclui também a participação ativa de todos os professores e da comunidade escolar como um todo.” (LÜCK, 2009). A partir disso, ressalta-se a importância das políticas públicas educacionais serem planejadas por pessoas capacitadas, que considerem os ODS da ONU e reconheçam o valor da inserção de quem passa por aquele problema no qual a política vem solucionar. Dessa forma, a educação poderá ser, na prática, um direito de todos e um dever do Estado e da família, assim como previsto no artigo 205 da Carta Cidadã. Finalmente, as necessidades das pessoas poderão ser atendidas, os problemas gerenciados e as oportunidades maximizadas, conforme James Midgley definiu o estado de bem-estar da sociedade em 2009.

3. Metodologia

O presente estudo teve por objetivo compreender se as desigualdades educacionais foram agravadas durante a pandemia da Covid-19 na cidade de São Paulo. Para tanto, a metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa e para realizá-la foi utilizada a técnica de coleta de dados, feita através de pesquisas documentais e entrevistas, nas quais os entrevistados foram selecionados a partir de uma amostra por conveniência. Dessa maneira, a pesquisa foi dividida em três etapas, realizando primeiro a análise documental, em seguida as entrevistas e, por fim, a sistematização dos dados coletados.

Inicialmente, houve uma comparação entre a educação idealizada pela Constituição Federal (1988) e a prática vivenciada em todas as regiões da cidade de São Paulo em meio a pandemia do coronavírus por meio de relatórios, documentos e reportagens, sendo possível relacionar também o quarto sentido da educação, nomeado como "educação e equidade" (ABRUCIO, 2018). Além disso, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1, 2, 4 e 10 da Organização das Nações Unidas (ONU) foram estudados a partir da realidade educacional paulistana, possibilitando identificar se foram cumpridos durante a pandemia e se tendem a ser alcançados até 2030.

Para a realização das entrevistas, foi selecionado o ensino fundamental II como ciclo educacional a ser estudado. Tendo como base um questionário semiestruturado - que sofreu alterações conforme o tempo disponibilizado para cada entrevista -, foi possível entrevistar o diretor, um professor, um auxiliar técnico de educação e dois alunos de uma escola pública municipal (Tabela 2), além de ser possível conversar com o diretor de uma escola particular (Tabela 3), estando ambas as escolas localizadas na Zona Leste de São Paulo e, particularmente, na região de São Miguel Paulista. De forma complementar, foram entrevistados três membros da Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo (SMESP) (Tabela 4).

Tabela 2 – Entrevistas Escola Municipal X

DATA	NOME	OCUPAÇÃO
18 de abril de 2022	Entrevistado A	Auxiliar Técnico de Educação
18 de abril de 2022	Entrevistado B	Diretor
06 de maio de 2022	Entrevistado C	Professor de matemática
11 de maio de 2022	Entrevistado D	Estudante
11 de maio de 2022	Entrevistado E	Estudante

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 3 – Entrevistas Escola Particular Y

DATA	NOME	OCUPAÇÃO
27 de junho de 2022	Entrevistado F	Diretor

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 4 – Entrevistas Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

DATA	NOME	OCUPAÇÃO
06 de maio de 2022	Entrevistado G	Gestor
16 de maio de 2022	Entrevistado H	Gestor
05 de julho de 2022	Entrevistado I	Gestor

Fonte: Elaboração própria.

A região de São Miguel Paulista foi selecionada para investigar se esse local, que é historicamente periférico na Zona Leste de São Paulo, também teve suas desigualdades educacionais agravadas. Como resultado, foi criada uma amostra por conveniência, visto que indicações para a realização de entrevistas em uma escola municipal geraram as primeiras conversas. Assim, tendo como base a localidade da escola municipal X, foi possível selecionar a escola particular Y, que se encontra próxima. Do mesmo modo, os contatos dos gestores que trabalham na SMESP também foram levantados a partir de indicações.

Portanto, através da análise do conteúdo coletado tanto em entrevistas realizadas presencialmente, quanto aquelas realizadas no modelo online, é possível ter uma visão entre a teoria e a prática da cidade de São Paulo e, também, uma visão micro do bairro de São Miguel Paulista. Assim, a pesquisa qualitativa e, mais especificamente, por conveniência, buscou verificar se as medidas escolhidas pela cidade de São Paulo foram efetivas e se as desigualdades educacionais que já existiam foram agravadas.

4. Resultados

4.1. O tempo em que as diferentes escolas demoraram para aderir às aulas online e presenciais pode ter agravado as desigualdades

No início da pandemia, a maioria dos colégios particulares aderiram às aulas online mais rapidamente do que as escolas públicas, agravando as desigualdades já existentes entre as escolas. Nos meses de março e abril de 2020, grande parte dos colégios já ofertavam aulas online, enquanto em maio de 2020 muitas escolas públicas ainda não tinham estrutura para a implementação do mesmo (CARVALHO, 2020).

Em 2020 e 2021, era possível dizer que as aulas remotas eram universais, mas só na teoria, porque nem todos os alunos possuíam infraestrutura e materiais para assisti-las. Assim, o Governo do Estado de São Paulo declarou, em outubro de 2021, que as aulas presenciais deveriam voltar a ser obrigatórias para todos os alunos do estado. Entretanto, Lívia Machado retratou no G1 SP[13] que somente 24% das escolas estaduais tinham a capacidade de receber todos os alunos sem rodízio. Por isso, apenas em novembro de 2021, pode-se dizer que as aulas voltaram a ser 100% presenciais. Ainda assim, no caso das escolas municipais, as cidades que possuíam conselhos de educação próprios - que é o caso de São Paulo, com o Conselho Municipal de Educação (CME) - poderiam mudar a orientação (MACHADO, 2021).

Com essa medida, a diferença entre os alunos de escolas públicas e privadas foi ressaltada mais uma vez, visto que muitas das escolas privadas tinham recursos para se adaptar e implementar o modelo 100% presencial a todos os alunos imediatamente. Enquanto isso, os alunos de escolas municipais e estaduais ficavam à deriva da sorte de frequentar uma escola com a estrutura necessária para a reabertura.

Em contrapartida, em 2022, quando as escolas já estão funcionando de forma universal e todos os alunos estão frequentando as aulas - apenas com exceções que possuem comprovação médica[14] -, durante as visitas nas escolas X e Y, foi possível perceber que, ao menos na região de São Miguel Paulista, a escola municipal se mostrou mais receptiva, fornecendo as informações de quanto tempo demorou para aderir as aulas remotas e híbridas. Já a escola privada não quis manter um contato profundo e nem fornecer as datas exatas de retorno às aulas, sendo difícil compreender o porquê, visto que, teoricamente, as medidas iniciais e emergenciais adotadas pela escola Y foram mais eficientes do que aquelas adotadas pela escola X.

---

[13] Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/10/13/volta-as-aulas-presenciais-obrigatoria-em-sp-perguntas-e-respostas.ghtml>. Acesso em: 01 fev. 2022.

[14] Dado fornecido pelos entrevistados A e B.

4.2. Acesso desigual: infraestrutura e materiais diferentes comprometem a educação universal

Tendo como base o informativo "As desigualdades educacionais e a covid-19" (2020), é possível comprovar a hipótese das heterogêneas condições de acesso entre os estudantes brasileiros antes e durante a pandemia do coronavírus, afinal, ter acesso ao ensino básico impacta o acesso ao ensino superior e ao mercado de trabalho. Assim, é levantado que, para além das desigualdades de raça - visto que a população negra se concentra nas periferias da cidade, com menos oportunidades[15] - e classe, é preciso considerar as diferentes condições das escolas públicas e privadas, as desigualdades regionais e a estrutura domiciliar e de acesso a equipamentos que proporcionam o ensino remoto. Portanto, o informativo conclui que o "Brasil não comporta um ensino básico à distância público, universalizado e de qualidade".

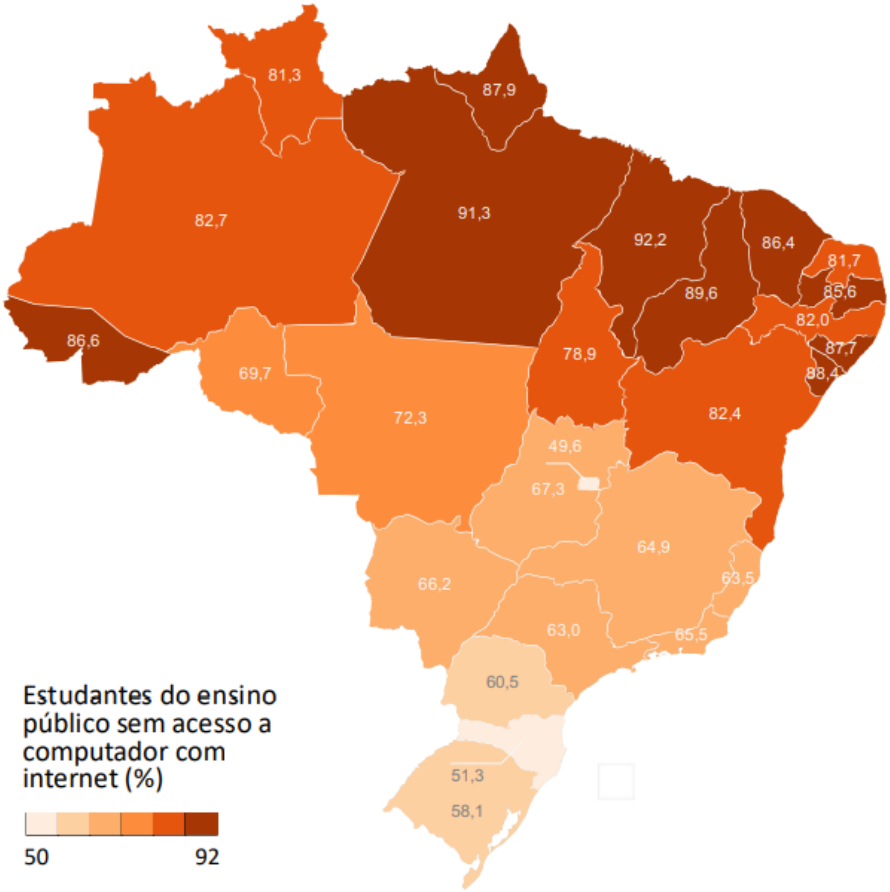
Dessa maneira, as desigualdades educacionais foram agravadas entre os diferentes grupos raciais e sociais não apenas pelas desigualdades dentro do sistema escolar, mas também em virtude do acesso - ou a falta de acesso - aos recursos necessários para a continuidade dos estudos no modo remoto. Conforme a Pesquisa TIC Domicílios (2019), 58% dos brasileiros conectados acessam a internet exclusivamente por telefone móvel, não sendo equipamentos suficientes para proporcionar um estudo de qualidade aos alunos. Assim, de acordo com o entrevistado C, muitos pais foram até a escola explicar que trabalhavam fora de casa e os jovens não possuíam celular próprio, sendo impossível assistir as aulas, mesmo que pelo celular.

De março de 2020 a março de 2021 as aulas mantiveram-se online, restringindo o acesso por parte dos estudantes de baixa renda a diversos materiais didáticos, inclusive às reportagens online que não eram gratuitas, limitando, mais uma vez, aqueles que não podem pagar e, aqueles que de forma ainda mais estratificada, não possuem equipamentos para usar a internet. Além disso, também existe a falta de internet - segundo o entrevistado D, de 14 anos, sua internet "caia sempre" -, que intensifica as disparidades regionais, conforme evidenciado no mapa 1.

---

[15] Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/igualdade_racial/arquivos/Relatorio_Final_Virtual.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2022.

Mapa 1



Fonte: Pnad Contínua Anual 2019, IBGE.

De forma complementar, muitos estudantes do ensino básico residem em domicílios excessivamente adensados (Pnad Contínua Anual 2019, IBGE), não existindo a possibilidade das crianças e dos adolescentes - essencialmente os mais pobres, negros e de regiões mais afastadas - terem um local de estudo adequado durante o período de isolamento. Segundo o entrevistado E, de 14 anos, que estudava em casa junto com outros dois irmãos e ao mesmo tempo em que sua mãe, telemarketing, fazia ligações a trabalho, era impossível se concentrar. Assim, tem-se a educação como privilégio e não como direito (MACEDO, 2021).

Destarte, com a experiência educacional inesperada vivenciada como resultado da pandemia do coronavírus, pode-se perceber que as desigualdades existem e precisam ser controladas com políticas públicas efetivas. Por isso, mesmo que o informativo tenha concluído que o Brasil não comporta um ensino básico à distância público, universalizado e de qualidade, assim como fica claro a partir das falas dos entrevistados, é possível que essa afirmação seja temporária, podendo ser alterada com intervenções inovadoras e intersetoriais, de modo a introduzir uma educação inclusiva em qualquer situação.

4.3. A evasão escolar é maior entre os mais pobres

O ensino público brasileiro lida, há muitos anos, com reprovação, abandono e distorção entre idade e série escolar. Entretanto, desde 2020, com o início da pandemia da Covid-19, tal realidade foi agravada junto ao crescimento da disparidade socioeconômica do país (FORSTER, 2021). Segundo dados do estudo "Enfrentamento da cultura do fracasso escolar", de janeiro de 2021, do Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para Infância (Unicef), em 2020, cerca de 5,5 milhões de crianças e adolescentes não tiveram acesso à educação. Representando aproximadamente 15% dos estudantes brasileiros entre seis e dezessete anos de idade, 1,38 milhão (3,8%) abandonaram as instituições de ensino e 4,12 milhões (11,2%) estavam matriculados, mas não recebiam nenhuma atividade escolar.

Dessa maneira, o entrevistado C levantou que "a evasão escolar é um problema há muitos anos, mas aumentou ainda mais durante esse período pandêmico" e o entrevistado E disse que durante a pandemia um amigo desistiu de estudar. Para complementá-los, o entrevistado D disse que apesar de não conhecer alguém que realmente tenha largado os estudos, muitos alunos não estudaram durante a pandemia.

Em abril de 2021, o Unicef, em parceria com Cenpec Educação, divulgou o estudo "Cenário da Exclusão Escolar no Brasil - um alerta sobre os impactos da pandemia da Covid-19 na Educação", comprovando a teoria de que a exclusão escolar e digital afetou mais quem já vivia em situação vulnerável. Assim, dados também divulgados pelo Unicef, em julho de 2021, indicam mais de 667 mil alunos fora das escolas no estado de São Paulo, em 2020.

Ademais, na cidade de São Paulo a realidade educacional pandêmica não é diferente. Paula Forster retratou, na CNN[16], as razões dos moradores da Zona Norte de São Paulo deixarem os estudos em 2020. Entre os motivos, estão a falta de acesso aos recursos tecnológicos e à internet, além das crianças e adolescentes precisarem contribuir com a renda dentro de casa. Por último, pesquisas feitas pela FGV Social mostraram que os mais novos saíram mais da escola e retornaram menos aos bancos escolares (NERI; OSORIO, 2022).

Dessa maneira, urge preocupação com o retorno desses alunos, essencialmente os mais vulneráveis. Por isso, o Unicef recomendou a realização de busca ativa de jovens que estão fora da escola; a universalização digital; a realização de campanhas para retomar as matrículas nas escolas; a mobilização para o enfrentamento da exclusão escolar; e a garantia das crianças e dos adolescentes permanecerem ou retornarem à escola. Como resultado, a educação poderá deixar de retroceder, avançando de forma quantitativa e qualitativa na cidade de São Paulo e no Brasil.

[16] Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pandemia-aumenta-evasao-escolar-diz-relatorio-do-unicef/>. Acesso em: 25 jan. 2022.

4.4. Os mais pobres sofreram mais com problemas nutricionais, afetando seus desempenhos acadêmicos

Depois da pandemia da Covid-19, apenas 4 em cada 10 famílias não estão em condições de insegurança alimentar no Brasil (REDE PENSSAN, 2022). De acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil[17], as famílias têm vergonha de sentir fome e, consequentemente, de pedir ajuda - que é justamente o que foi levantado por um dos entrevistados. Dessa maneira, o presente tópico mostrará a gravidade da fome na vida dos alunos e, consequentemente, a necessidade de ajudá-los.

O entrevistado C contou durante a sua entrevista que os alunos se sentiam constrangidos e não comentavam sobre a ausência da merenda escolar e as suas realidades nutricionais. Além disso, os alunos não iam até a escola, o que dificultava o trabalho dos agentes escolares em acompanhar as suas necessidades nutricionais e educacionais. Por isso, sabendo que são oriundos da periferia, "a escola em si conseguiu ajudar antes dos alunos pedirem ajuda" e a partir de maio de 2020 os professores se juntaram auxiliando as comunidades com cestas básicas. Esse movimento ocorreu até o cartão-merenda chegar à mão dos estudantes e até a própria Prefeitura começar a mandar cestas básicas para a escola repassar aos pais dos alunos.

De forma complementar, o entrevistado B contou que para os alunos terem o que comer e conseguir estudar, houve movimentos externos do poder público, da sociedade civil e internos da própria escola. No que diz respeito ao poder público, o Governo Estadual enviou cestas básicas que supriram um terço da escola e o Governo Municipal implantou o cartão-merenda. Em relação a sociedade civil, a escola se uniu com movimentos sociais para arrecadar cestas básicas, pois "em muitos casos o cartão-merenda, com cerca de R$55,00[18] não era suficiente". Paralelamente, a iniciativa interna da própria escola é sobre os funcionários doarem dinheiro para comprar cestas básicas - entrando em consonância com a fala do entrevistado C.

4.5. Na pandemia, a Constituição Federal passou despercebida e os ODS deixaram de ser implementados

A Constituição Federal do Brasil (1988) deve ser um pacto a ser seguido e respeitado por todos, principalmente em situações emergenciais como a pandemia do coronavírus. Todavia, com as desigualdades entre as escolas públicas e privadas e, consequentemente, entre seus

[17] Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>. Acesso em: 03 ago. 2022.
[18] Valor fornecido pelo entrevistado B.

alunos, nos anos de 2020 e 2021, o Estado não conseguiu formular medidas para manter a educação universal e equitativa, diminuindo a qualidade das escolas e a quantidade dos alunos que conseguem estudar. Como resultado, os artigos 5º, 6º, 205 e 206 foram feridos. De forma paralela, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), recomendados pela Organização das Nações Unidas (ONU), não conseguiram se manter como prioridade em meio a quarentena vivenciada pelo país. No caso da educação, vale atenção aos ODS 1,2,4 e 10. Desse modo, com o intuito de demonstrar o exposto no trabalho, a tabela 5 ilustra essa realidade.

Tabela 5

QUADRO SÍNTESE

ACONTECIMENTOS EDUCACIONAIS NA PANDEMIA DA COVID-19	ARTIGOS DA CF/88 DESCUMPRIDOS	ODS ESQUECIDOS
AUSÊNCIA DE MERENDA ESCOLAR, QUE ERA A ÚNICA REFEIÇÃO DE ALGUNS ALUNOS	ARTIGO 5º: TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI	ODS 1: ERRADICAÇÃO DA POBREZA
NÃO É POSSÍVEL SABER SE OS ALUNOS MAIS POBRES ESTÃO COMENDO DE FORMA NUTRITIVA	ARTIGO 5º: TODOS SÃO IGUAIS PERANTE A LEI	ODS 2: FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL
AS ESCOLAS PÚBLICAS DEMORARAM MAIS PARA ADERIR AULAS ONLINE DO QUE AS ESCOLAS PARTICULARES	ARTIGO 205: EDUCAÇÃO COMO DIREITO DE TODOS E DEVER DO ESTADO	ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
OS ALUNOS MAIS POBRES NÃO POSSUEM A MESMA QUALIDADE DE MATERIAL E INFRAESTRUTURA QUE OS ALUNOS MAIS RICOS	ARTIGO 206: IGUALDADE DE CONDIÇÕES E DA QUALIDADE DO ENSINO	ODS 4: EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
AS ESCOLAS BRASILEIRAS FICARAM FECHADAS POR MAIS TEMPO DO QUE AS ESTRANGEIRAS	ARTIGO 6º: EDUCAÇÃO COMO DIREITO SOCIAL	ODS 10: REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

Fonte: Elaboração própria.

Portanto, urge que os governantes, essencialmente em situações emergenciais, consigam seguir a Carta Magna e a ONU, propondo políticas públicas universais que não apenas solucionem os novos problemas, mas também continuem trabalhando os antigos, pois eles não irão sumir. Na realidade, eles tendem a se intensificar, assim como é o caso das desigualdades educacionais na pandemia, que foram agravadas, conforme demonstra o relatório.

5. Discussão

5.1. As medidas adotadas para a volta às aulas em meio ao coronavírus

Durante a visita na escola municipal, o entrevistado A levantou a importância do comprovante vacinal. Segundo ele, na escola X, é obrigatório a apresentação não apenas do comprovante da vacina da Covid-19, mas também de todas as vacinas. Outrossim, com o retorno híbrido das aulas, as escolas públicas foram equipadas com álcool em gel e, considerando que o número de alunos permitido dentro do banheiro por vez era controlado, implementaram equipamentos com pia, sabão e papel em toda a escola.

Figura 1



Fonte: Arquivos pessoais de Giovana Santana.

Figura 2



Fonte: Arquivos pessoais de Giovana Santana.

No que diz respeito à escola particular entrevistada, não foi possível trazer fotos acerca das medidas adotadas, contudo, durante a visita no colégio, todos os alunos e funcionários estavam de máscara, sendo uma medida indicada pela escola. Contudo, detalhes não foram fornecidos sobre todo o processo pandêmico, uma vez que o entrevistado F concordou em fornecer a entrevista completa diversas vezes, mas sempre a desmarcou, sendo possível apenas realizar uma conversa rápida com ele presencialmente.

5.2. A evasão escolar e a desnutrição infantil como realidade durante a pandemia

Com o intuito de suprir a ausência das aulas presenciais, os entrevistados D e E disseram que tiveram aulas gravadas, mas nunca ao vivo. Segundo elas, apenas a primeira reunião de pais da escola X foi ao vivo. Para o entrevistado C, isso ocorria justamente pela falta de equipamentos tecnológicos dos alunos, sendo impossível que todos pudessem acompanhar a aula de casa ao mesmo tempo. No entanto, essa realidade pode ter feito com que muitos alunos desistissem de assistir as aulas gravadas, principalmente por não terem a presença do professor naquele momento para tirar dúvidas. Os entrevistados D e E disseram, sobretudo, que aprenderam menos durante a pandemia.

Como resultado de menos aprendizado, a evasão escolar aumentou, mas o diretor da escola X levantou uma hipótese para isso. Para o entrevistado B, a escola está localizada em um uma região periférica, com muitas famílias morando de aluguel e com problemas de desnutrição. Por isso, mudar de bairro para morar junto com suas famílias é uma forma de gerar mais renda para conseguir se alimentar, mas, ao mesmo tempo, com o retorno híbrido e presencial, pode ser que a localização dos jovens tenha ficado longe da localização da escola, aumentando a evasão escolar.

5.3. A teoria idealizada é diferente da prática vivenciada pela maioria dos estudantes

Conforme comprovado pelo relatório, em meio a tantas medidas emergenciais, no geral, a Constituição Federal foi esquecida, assim como os ODS. Mas, felizmente, o entrevistado G mostrou exceções que ocorreram com alunos de escolas públicas durante a pandemia. No início da pandemia, duas alunas comunicadoras e protagonistas fizeram um tutorial explicando como usar a plataforma em que as aulas da rede pública seriam exibidas, ajudando seus colegas e, posteriormente, toda a rede de São Paulo, o que gerou reconhecimento internacional. Assim, tendo como referência essa iniciativa, foi criado o projeto “Estudante Mediador dos ODS”, que tinha como objetivo tornar professores e alunos comunicadores da rede escolar, aproximando as escolas das famílias durante o período de isolamento. No fim, esse projeto ganhou um prêmio mundial, além de ajudar no cumprimento do ODS 4, que visa uma educação de qualidade.

Ademais, quando foi perguntado para os três gestores se foi possível continuar com a meta de atingir os ODS em meio a pandemia do coronavírus, os entrevistados G, H e I responderam que atualmente os ODS estão inseridos no currículo da cidade de São Paulo, o que significa que a Secretaria Municipal de Educação como um todo trabalha com base nesses objetivos. Contudo, o entrevistado I acrescentou outro ponto de vista:

> Eu acho que deu continuidade na mesma medida em que a gente conseguiu dar continuidade aos processos de aprendizagem; em algumas situações de uma maneira qualificada, de uma maneira especial, potente, e em outras situações com todas as fragilidades que permearam e pautaram esse tempo.

Complementado a divergência de opiniões, para compreender se a opinião dos alunos foi levada em consideração para a tomada de decisão da Secretaria Municipal de Educação e, posteriormente, para a tomada de decisão das escolas, o entrevistado G levantou que os alunos foram muito ouvidos pela Secretaria, principalmente para a elaboração de estratégias tecnológicas, pois era rico ouvir a opinião dos estudantes. De forma contrária, o entrevistado H disse que pelas medidas serem emergenciais, os próprios núcleos da Secretaria não conseguiam conversar antes da tomada de decisão, não sendo possível conversar com as escolas.

Portanto, é possível perceber que o mundo educacional, mesmo que restrito à cidade de São Paulo, é gigante, cheio de trabalho e de opiniões, além de diversas realidades diferentes. Por isso, pode-se dizer que durante a pandemia da Covid-19, para alguns a teoria e a prática foram iguais. Para outros, em contrapartida, tudo foi diferente, não estando garantido nem mesmo os direitos básicos.

6. Conclusão

As políticas públicas implementadas - ou não implementadas - afetam diretamente a população brasileira. Por isso, o presente relatório buscou compreender de que forma as ações educacionais realizadas pelo primeiro setor durante a pandemia do coronavírus afetaram a qualidade de vida dos estudantes, essencialmente os mais pobres, na cidade de São Paulo e, mais especificamente, na região de São Miguel Paulista. Assim, foi possível resultar em um trabalho que analisou as consequências dessa nova realidade gerada pela Covid-19, enriquecendo o campo de estudos de Gestão de Políticas Públicas Educacionais.

Em primeiro lugar, compreender a parte teórica do estudo proposto foi de extrema importância para a realização de um referencial teórico de qualidade, unindo diversas fontes documentais de toda a cidade de São Paulo e até mesmo do estado brasileiro como um todo. Depois, realizar entrevistas com três gestores da Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo (SMESP) e com duas escolas na Zona Leste de São Paulo gerou a parte descritiva do trabalho, exposta nos resultados, e a parte analítica, exposta no tópico de discussão.

De forma descritiva, foi levantado que o tempo em que as diferentes escolas demoraram para aderir às aulas online e presenciais pode ter agravado as desigualdades, além da infraestrutura e dos materiais diferentes comprometer a educação universal e aumentar a evasão escolar entre os mais pobres. Tal realidade também é resultado de problemas nutricionais que comprometeram o desempenho acadêmico dos jovens, o que significa que durante a pandemia, a Constituição Federal passou despercebida e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) deixaram de ser implementados.

De modo analítico, foi possível discutir sobre as medidas adotadas pelas escolas municipal X e particular Y para a volta às aulas em meio ao coronavírus, compreendendo a evasão escolar e a desnutrição infantil como realidade durante a pandemia, além de concluir que a teoria idealizada é diferente da prática vivenciada pela maioria dos estudantes. Em resumo, foi possível comprovar a hipótese inicial do projeto: de fato, as desigualdades educacionais foram agravadas durante a pandemia do coronavírus.

Não obstante, existiram limitações. Ainda que tenha sido possível realizar entrevistas de qualidade com funcionários e alunos de uma escola municipal - aquela denominada escola X -, somente um colégio privado com Ensino Fundamental II da região de São Miguel Paulista mostrou interesse em participar da pesquisa, mesmo que com ressalvas. A escola Y aceitou receber uma visita nas dependências da escola, mas o diretor responsável alegou não ter tempo para responder às perguntas, além de não indicar outro profissional ou estudante para dar as entrevistas. Por isso, é importante que em estudos futuros sejam feitas entrevistas de forma mais

detalhada com escolas privadas, para ser possível entender profundamente as diferenças entre as medidas adotadas pelas escolas públicas e privadas durante a pandemia.

Frente a isso, para dar continuidade a pesquisa, também é interessante que seja avaliado, a partir de 2030, se os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) realmente deixaram de ser implementados como consequência da pandemia do coronavírus. De forma complementar, estudos futuros podem sugerir melhorias de como seguir as normas estabelecidas pela Constituição Federal, sendo possível reduzir - ou, quem sabe, extinguir - as desigualdades educacionais na prática e não apenas na teoria.

7. Referências

AVILA, Rafael. **Conheça os 17 ODS da ONU: Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para a Agenda 2030.** 2021. Disponível em: https://sustentabilidadeagora.com.br/17-ods-da-onu-agenda-2030/. Acesso em: 17 ago. 2022.

ABRUCIO, Fernando Luiz. Uma breve história da educação como política pública no Brasil. In: DALMON, Danilo Leite; SIQUEIRA, Caetano; BRAGA, Felipe Michel (org.). **Políticas educacionais no Brasil: o que podemos aprender com casos reais de implementação?** São Paulo: Edições SM, 2018. p. 37-58.

BIMBATI, Ana Paula. **O que mudou na rotina do diretor com a pandemia?** 2021. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/20215/o-que-mudou-na-rotina-do-diretor-com-a-pandemia. Acesso em: 19 abr. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL ECONÔMICO. **Prefeitura de SP libera R$ 77 milhões do cartão-merenda em dezembro.** 2021. Disponível em: https://economia.ig.com.br/2021-12-07/prefeitura-sp-libera-cartao-merenda.html. Acesso em: 07 dez. 2021.

CARVALHO, Cleide. **Crise do coronavírus aumenta desigualdade entre educação pública e privada.** 2020. Disponível em: https://epoca.globo.com/sociedade/crise-do-coronavirus-aumenta-desigualdade-entre-educacao-publica-privada-24411071. Acesso em: 22 abr. 2021.

CAVALCANTE, Vitor; KOMATSU, Bruno; FILHO, Naercio. **Desigualdades Educacionais durante a Pandemia.** 2020. Disponível em: https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/12/Policy_Paper_n51.pdf. Acesso em: 07 dez. 2021.

CIDADE DE SÃO PAULO. **Prazo para o uso dos créditos do cartão-merenda termina no dia 31 de dezembro.** 2021. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/noticias/prazo-para-o-uso-dos-creditos-do-cartao-merenda-termina-no-dia-31-de-dezembro/. Acesso em: 11 ago. 2022.

FGV – Políticas Públicas. **Educação pode retroceder até quatro anos devido à pandemia, aponta estudo.** 2021. Disponível em: https://portal.fgv.br/noticias/educacao-pode-retroceder-ate-quatro-anos-devido-pandemia-aponta-estudo. Acesso em: 19 abr. 2021.

FORSTER, Paula. **Pandemia aumenta evasão escolar, diz relatório da Unicef.** 2021. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/pandemia-aumenta-evasao-escolar-diz-relatorio-do-unicef/. Acesso em: 25 jan. 2022.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Acesso às atividades escolares não presenciais aumenta na rede pública, mas 77% dos estudantes se sentem tristes, ansiosos, irritados ou sobrecarregados na pandemia, mostra pesquisa Datafolha.** 2020. Disponível em: https://fundacaolemann.org.br/storage/materials/97r65vVy55x1aZyOUpGhklaAyxYBwtqXTgh5mIb7.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Estudo indica que volta presencial não elevou contaminações.** 2021. Disponível em: https://fundacaolemann.org.br/materiais/estudo-indica-que-volta-presencial-nao-elevou-contaminacoes. Acesso em: 22 abr. 2021.

GUEDES, Octavio. **CPI da Covid: Governo Bolsonaro recusou 11 vezes ofertas para compras de vacina.** 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2021/04/27/cpi-da-covid-governo-bolsonaro-recusou-11-vezes-ofertas-para-compras-de-vacina.ghtml. Acesso em: 07 dez. 2021.

Lück, H. (2009). **Dimensões da gestão escolar e suas competências.** Curitiba: Editora Positivo.

MACEDO, Renata Mourão. **Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública.** 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/eh/a/SGqJ6b5C4m44vh8R5hPV78m/#. Acesso em: 07 dez. 2021.

MACHADO, Lívia. **Volta às aulas presenciais obrigatória em SP: perguntas e respostas.** 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/10/13/volta-as-aulas-presenciais-obrigatoria-em-sp-perguntas-e-respostas.ghtml. Acesso em: 01 fev. 2022.

MAGALHÃES, Rodrigo Cesar da Silva. **Pandemia de covid-19, ensino remoto e a potencialização das desigualdades educacionais.** 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/PsyyZM3qmWPBQcBMm5zjGQh/. Acesso em: 07 dez. 2021.

MIDGLEY, James. **The definition of social policy.** In: MIDGLEY, James & LIVERMORE, Michelle. The Handbook of Social Policy. London: Sage, 2009.

NERI, Marcelo Côrtes; OSORIO, Manuel Camillo. **Retorno para Escola, Jornada e Pandemia.** 2022. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/FGV_Social_Neri_RetornoParaEscolaJornadaPandemia.pdf. Acesso em: 25 jan. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.** Disponível em: https://odsbrasil.gov.br/. Acesso em: 07 dez. 2021.

PELLEGRINI, Aline. **Por que a pandemia deve aumentar a pobreza educacional.** 2021. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/03/17/Por-que-a-pandemia-deve-aumentar-a-pobreza-educacional. Acesso em: 22 abr. 2021.

PORTAL DO GOVERNO. **Estado anuncia retomada obrigatória às aulas presenciais a partir de 18 de outubro.** 2021. Disponível em: https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/estado-anuncia-retomada-obrigatoria-as-aulas-presenciais-a-partir-de-18-de-outubro/. Acesso em: 13 dez. 2021.

Rede PENSSAN. **2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** 2022. Disponível em: https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/. Acesso em: 03 ago. 2022.

ROCHA, Camilo. **Remédios ineficazes do kit covid: o que a ciência diz de cada um.** 2021. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/14/Rem%C3%A9dios-ineficazes-do-kit-covid-o-que-a-ci%C3%AAncia-diz-de-cada-um. Acesso em: 07 dez. 2021.

Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial de São Paulo (SMPIR). **Igualdade Racial em São Paulo: Avanços e Desafios**. São Paulo. [2016?]. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/igualdade_racial/arquivos/Relatorio_Final_Virtual.pdf. Acesso em: 19 fev. 2022.

SP1. **Evasão escolar dispara durante a pandemia e cerca de 670 mil alunos ficam sem estudar em SP, aponta relatório.** 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/07/23/evasao-escolar-dispara-durante-a-pandemia-e-cerca-de-670-mil-alunos-ficam-sem-estudar-em-sp-aponta-relatorio.ghtml. Acesso em: 25 jan. 2022.

UNICEF Brasil. **Crianças de 6 a 10 anos são as mais afetadas pela exclusão escolar na pandemia, alertam Unicef e Cenpec Educação.** 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/criancas-de-6-10-anos-sao-mais-afetadas-pela-exclusao-escolar-na-pandemia. Acesso em: 25 jan. 2022.

VENTURINI, Anna Carolina; LIMA, Márcia et al. **As desigualdades educacionais e a covid-19.** Informativos Desigualdades Raciais e Covid-19, AFRO-CEBRAP, n. 3, nov. 2020. Disponível em: https://cebrap.org.br/wp-content/uploads/2020/11/Informativo-3-As-desigualdades-educacionais-e-a-covid-19-.pdf. Acesso em: 17 jan. 2022.

WANDERLEY, Preite Sobrinho. **Tablets prometidos pela Prefeitura de SP chegam sem chips e ficam guardados.** 2021. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/07/19/tablets-chips-escola-municipal-prefeitura-de-sao-paulo-ensino-hibrido.htm. Acesso em: 07 dez. 2021.